



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 83/2021

ORDEM DE SERVIÇO Nº 14/2021

O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL – COREN-RS, Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73, inscrito no CNPJ sob nº 87.088.670/0001-90, inscrição estadual isenta, situado na Avenida Plínio Brasil Milano, nº 1155, Porto Alegre/RS, neste ato representado pela Presidente Enfermeira Rosangela Gomes Schneider, no uso de suas atribuições, denominado CONTRATANTE, vem por meio desta, autorizar a contratação da empresa **ANDRESSA BELENTANI FERNANDES KUBICZEWSKI DESENTUPIDORA**, CNPJ nº 16.675.236/00001-68, denominada CONTRATADA, conforme proposta contida no Processo Administrativo nº 60/2021, com a seguinte descrição:

Prestação de serviço de hidrojateamento das tubulações dos banheiros, cloacais e pluviais, totalizando 60m² linear bem como sucção dos resíduos das caixas coletoras e fossa, incluindo atividades de limpeza de fossa séptica e sumidouro, tubulação cloacal, bem como desobstrução e limpeza de ralos de todos os andares do prédio Sede do Coren-RS.

CONTRATADA

ANDRESSA BELENTANI FERNANDES KUBICZEWSKI DESENTUPIDORA
CNPJ nº 16.675.236/00001-68

DOS VALORES

Valor total desta ordem de serviço (OS) é de R\$ 2.740,00 (dois mil e setecentos e quarenta reais).

FORMA DE EXECUÇÃO



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

A Contratada realizará os serviços na sede do Coren-RS, da seguinte forma:

- a) Hidrojateamento da saída da fossa séptica até a caçada;
- b) Hidrojateamento e limpeza de 07 (sete) ralos do 1º andar;
- c) Desobstrução e limpeza de 08 (oito) ralos do 2º andar;
- d) Desobstrução e limpeza de 08 (oito) ralos do 3º andar;;
- e) Desobstrução e limpeza de 09 (nove) ralos da cobertura;
- f) Desobstrução e limpeza de 07 (sete) ralos do subsolo;
- g) Sucção com caminhão combinado e Hidrojateamento da rede de esgotos da caixa de passagem do vestiário até a caixa de passagem localizada no depósito no subsolo;
- h) Sucção com caminhão combinado e hidrojateamento da caixa de passagem do depósito e da rede de esgotos cloacal até a fossa séptica;
- i) Sucção com caminhão combinado da fossa séptica;
- j) realização da destinação adequada dos dejetos em conformidade com o regramento estabelecido pelos órgãos ambientais.

O serviço inclui mão de obra e material necessário para a realização do serviço.

Os serviços serão prestados na sede do Coren-RS, localizada à Av. Plínio Brasil Milano, nº 1155, bairro Higienópolis, na cidade de Porto Alegre-RS, CEP 90520-002, no prazo de até 7 (sete) dias após o recebimento da presente Ordem de Serviços.

O acesso à rede cloacal e pluvial será facilitado pela CONTRATANTE à CONTRATADA, para que possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições assumidas.

Os contatos entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE dar-se-ão mediante seus prepostos e/ou fiscais designados, por telefone e e-mail, de forma a garantir a comunicação perfeita entre os contratantes acerca dos serviços e obrigações de ambas as partes.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL **Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73**

Os serviços serão realizados com observância de todos os equipamentos de proteção individual dos prestadores, desde aqueles ligados aos cuidados de transmissão/contaminação pela COVID-19, bem como EPI's específicos para o serviço, caso haja.

Os serviços serão solicitados mediante agendamento prévio pelo Departamento de Administrativo do Coren-RS e/ou fiscal designado, sendo realizados no prazo fixado nesta Ordem de Serviço.

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, encargos sociais, impostos, além das decorrentes do cumprimento das obrigações trabalhistas, taxas, impostos, sem qualquer ônus ao Coren-RS;

Cumprir o objeto do presente Projeto Básico obedecendo aos prazos estabelecidos para a execução do serviço.

Adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das disposições legais vigentes.

Comunicar ao Departamento Administrativo do Coren-RS, em até 03 (três) dias úteis antes do prazo estabelecido para o início dos serviços, se ocorrerem motivos que impossibilitem o seu cumprimento;

Realizar os serviços em acordo com a legislação vigente e órgãos responsáveis, em especial as normativas no que tange a Resolução

Responsabilizar-se por todos os ônus relativos à prestação do serviço;

Executar o serviço com pessoal técnico especializado e cumprir as normas de segurança, fornecendo todos os equipamentos de proteção individual, também àqueles destinados ao combate da transmissão da COVID-19;

Responsabilizar-se por qualquer tipo de dano e/ou avaria ocorrida em decorrência do serviço realizado;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL **Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73**

Em hipótese nenhuma, a Contratante será responsabilizada por acidentes que venham a ocorrer com os empregados da Contratada durante a execução dos serviços;

A Contratada deverá prestar assistência em caso de não solução do problema, refazendo os trabalhos que não satisfizerem às condições contratuais sem ônus à Contratante.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

Proporcionar todas as facilidades para que a empresa possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições assumidas por ocasião da assinatura do contrato;

Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) produtos e/ou serviços prestados ou entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa;

Comunicar a empresa, por escrito, eventuais anormalidades de quaisquer espécies, prestando os esclarecimentos necessários, determinando prazo para a correção das falhas;

Designar um servidor ou seu substituto para acompanhar e fiscalizar os serviços objeto do presente contrato;

Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da empresa CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos no presente contrato;

Realizar o pagamento das condições pactuadas.

Permitir o acesso da Contratada, por meio de seu(s) empregado(s), ao local do serviço, desde que observadas as normas de segurança;

Notificar a Contratada de qualquer irregularidade encontrada no serviço prestado.

FORMA DE PAGAMENTO

Deverá ser apresentada no Departamento Financeiro do COREN-RS a Nota



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL **Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73**

Fiscal/Fatura, emitida em duas (2) vias, devendo conter no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição do objeto, o número da Ordem de Serviço, o número da Nota de Empenho (395/2021) e o número da conta bancária da Contratada para depósito do pagamento, o qual deverá ser efetuado até o 5º (quinto) dia útil subsequente à prestação integral do serviço, deduzidos os tributos eventualmente incidentes.

Na hipótese de Nota Fiscal/Fatura apresentar erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, o Contratante poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, de acordo com o relatório emitido pela Tesouraria, ressalvado o direito da Contratada de reapresentar para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, caso em que o Contratante terá o prazo de cinco (5) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar análise e, se for o caso, o pagamento.

O pagamento será efetuado em moeda nacional, após efetivamente atestado pela Divisão responsável pela solicitação do material.

O COREN-RS reserva-se para si o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, a contratada não tiver fornecido o objeto por ela contratado, ou o fornecimento não estiver de acordo com as especificações constantes no Projeto Básico e nesta ordem de serviço.

O não envio das certidões juntamente com as notas fiscais, ou ainda o fato de que as mesmas não estejam disponíveis para emissão, não desobriga o Coren-RS de efetuar o pagamento das notas fiscais que constem serviços devidamente prestados e atestados pelo Fiscal;

O Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

A empresa contratada deverá reter na nota fiscal os tributos incidentes sobre o fornecimento do produto, quais sejam, IR (imposto de renda), contribuições para o PIS/PASEP, COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), considerando o disposto na Lei



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

9.430/96, Lei 10.833/2003, com última alteração pela Lei 12.207/11 e instrução normativa nº 1234/12 e a natureza jurídica autárquica do contratante.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo COREN-RS, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será de 6% a.a (seis por cento ao ano), mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

V = valor a ser pago

I = índice de atualização financeira = 0,0001643.

SANÇÕES

A recusa injustificada, dentro do prazo estipulado pelo CONTRATANTE, caracterizar-se-á inexecução total do contrato, sujeitando a CONTRATADA às penalidades no art. 87, da Lei nº 8.666/93 e ainda ao pagamento de multa equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a defesa prévia, caso a CONTRATADA venha a incorrer em uma das situações previstas no art. 78, incisos I a IX, da Lei nº 8.666/93 e segundo a gravidade da falta cometida, aplicar as seguintes penalidades:

a - advertência por escrito;

b – multa moratória de 0,05% (cinco centésimos por cento) ao dia de atraso, até o 5º (quinto) dia após a data fixada para execução do serviço; e 0,07% (sete centésimos por cento) ao dia de atraso a partir do 6º (sexto) dia, calculada sobre o valor total do contrato;

c – multa compensatória equivalente ao valor integral do serviço não



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

prestado, limitada a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, pela rescisão determinada por ato unilateral do CONTRATANTE, nos casos previstos nos incisos I a XI do Art. 78 da Lei nº 8.666/93;

d – suspensão temporária de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 02 (dois) anos;

e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no termo do artigo 87, da Lei 8.666/93.

As multas estabelecidas nas alíneas “b” e “c” do item anterior são independentes entre si e serão aplicadas pela autoridade competente, sendo que seu recolhimento deverá ser efetuado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação da CONTRATADA, não impedindo que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente o contrato.

As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do item anterior poderão ser aplicadas concomitantemente com as alíneas “b” e “c” facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data em que a CONTRATADA tomar ciência.

Em quaisquer dos casos previstos nas sanções administrativas, será dado à CONTRATADA o direito ao contraditório e a ampla defesa.

As sanções somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais e as justificativas só serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos comprováveis a critério da autoridade competente e, desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que a CONTRATADA tomar ciência.

DA JUSTIFICATIVA

A presente ORDEM DE SERVIÇO é oriunda do Processo Administrativo nº 83/2021, sendo que o Projeto Básico, bem como a proposta apresentada pela



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

CONTRATADA, fazem parte integrante desta, como se nela estivessem transcritas, não podendo as partes deles se afastar.

FISCAL DA EXECUÇÃO

São nomeadas fiscais da execução da presente Ordem de Serviço a Sra. Ádina Ramos Collares (titular) e Sra. Caroline Peccin (suplente).

Porto Alegre, 12 de março de 2021.

Rosangela Gomes Schneider
COREN-RS 42.185 - ENF
Presidente